

# A Igreja de Jesus Cristo no Mundo em Crise

por Dr. Harding Meyer

Antes de mais nada quero agradecer pelo convite que me foi dirigido pelo Centro Acadêmico VIII de Setembro desta Faculdade de Teologia de dar uma conferência nesta série sobre o tema: «A Igreja de Cristo no Mundo em Crise».

Aceitei o convite, apesar de meu conhecimento ainda lamentavelmente imperfeito da língua portuguesa, pois representa uma honra e um prazer todo especial falar em uma ocasião como esta.

Lamento profundamente o fato de não ter assistido às palestras antecedentes desta Semana de Teologia Contemporânea. Gostaria imensamente de tê-las ouvido, pois o tema que escolheram indica, certamente, um dos problemas vitais de nossa existência tanto eclesial quanto pessoal. Teria sido de grande proveito para mim saber como os irmãos das outras denominações evangélicas vêem esta crise de nosso mundo que tanto nos preocupa e inquieta.

E com isso já entrei no tema que me coube. Pois é lógico que, antes de definirmos nossa atitude diante do mundo em crise, precisamos saber em que reside esta crise.

Começarei com **algumas reflexões preliminares.**

Suponho que na escolha do tema geral desta Semana de Teologia como também nas deliberações a respeito de sua formulação tenha sido levado em consideração o tom profundamente bíblico do conceito «mundo em crise». Segundo o Evangelho de João (c. 3, 17-19), este mundo está sujeito a uma crise incessante, cuja origem e essência residem no fato de que a luz divina veio ao mundo e os homens, não obstante, amaram mais as trevas do que a luz. E em João 12, 31 é declarado expressamente: «Agora chegou o momento da crise do mundo».

Esta idéia de que as agitações do mundo nascem de certa forma da revelação divina encontra-se também, de vez em quando, nos escritos de Lutero. Diz ele, por exemplo: «Nisi istos tumultus viderem, verbum Dei in mundo esse non crederem». (Se eu não visse esses tumultos, não poderia crer que a palavra de Deus está no mundo).

Daí impõe-se a pergunta decisiva para o desenvolvimento de nossas reflexões: será que a crise do mundo, que de certo não constitui um fenômeno restringido a nossa época atual, tendo, porém, alcançado, hoje, a sua forma mais acentuada, será que essa crise tem um sentido cristão oculto? Será que sua origem e suas raízes residem no evento de Cristo? E seria, por conseguinte, possível entendê-la como uma crise fundamentalmente cristã?

Caso essa suposição seja acertada, teríamos alcançado com isso dois resultados decisivos:

**primeiro:** A Igreja de Cristo estaria diretamente envolvida nesta crise, tendo, ao menos tempo, uma responsabilidade tãda especial diante dela. Nãs cristãos nunca mais poderãmos ignorã-la ou retirãr-nos num recinto ao abrigo de tãdas as agitaçães. A questão que tanto nos ocupa, se nãs, como Igreja de Cristo, temos responsabilidade em face da crise do mundo e, conseqüentemente, a obrigaçã de intervir nela, esta questão estaria uma vez por tãdas respondida de maneira afirmativa.

**segundo:** Caso a nossa hipãtese de que a crise do mundo tem uma base cristã, seja correta, tal crise teria um aspecto altamente positivo. Seria preciso primeiro aceitã-la como tal em vez de querer superã-la precipitadamente. Deverãmos aprovar o fato bãsico da crise.

Tudo isso nos leva a perguntar em quẽ reside a essẽncia da crise do mundo atual. Sabemos todos que se trata de um fenãmeno multiforme. Isso vale ainda mais para o Brasil do que para os paãses norte-americanos ou europeus. O eixo das tençães, para assim dizer, ẽ incomensurãvelmente maior neste paãs do que na Europa Central ou na Amẽrica do Norte. A palavra conhecida de Roger Bastide de que o Brasil seja uma «terra de contrastes», demonstra ser verdadeira em tãdas as nossas experiẽncias cotidianas. A distãncia entre pobreza e riqueza, entre camadas sociais de cultura muito elevada e baixa, entre zonas de tẽcnica altamente desenvolvida e regiães subdesenvolvidas ẽ infinitamente maior do que nos paãses europeus. Por isso as crises são mais freqüentes e revelam um carãter mais polimorfo e, talvez, mais inquietador.

Sem querer reduzir artificialmente o carãter multiforme da crise atual, temos que examinar se existe um denominador comum para tãdas essas crises, ao menos para as mais importantes dentre elas. Serã que se pode delinear algo como a forma fundamental dessa crise que seria a crise por excelẽncia?

Com isso não pretendemos assumir uma atitude meramente teãrica. A nossa atitude ẽ nem mais nem menos que a do bom mẽdico que não sãmente constata e combate os sintomas, mas procura a origem dẽles para poder curar a doençã.

O pensamento bãsico de tãdas as reflexães seguintes serã o de que o ãmago desta crise multiforme do mundo atual pode ser designado pelo conceito de «secularizaçã».

Isso, naturalmente, representa, por ora, uma mera hipãtese. Atẽ que ponto e em que sentido esta hipãtese representa a verdade, serã examinado na primeira parte desta conferẽncia que intitularei:

## I — A Secularização como Conseqüẽncia Necessãria e Legãtima da Fẽ Cristã.

Superficialmente considerada, a secularização parece significar algo como a emancipação do homem da tutela eclesiãstica, o afastamento de cousas, conceitos e pessoas da esfera da Igreja e, conse-

qüentemente, de Deus. Esta noção da secularização é geralmente aceita.

Se bem que seja parcialmente exata, não descreve ela a atitude secularizada na sua essência mais íntima. Secularização não é simplesmente a inclinação do homem para o mundo, mas antes, a experiência de que é livre do mundo, a consciência de sua **autonomia** e sua **liberdade diante de toda a natureza**. Trata-se da inclinação do homem **para si mesmo** e a essa sua atitude de liberdade e autonomia corresponde seu domínio sobre o mundo e sua responsabilidade para com o mesmo. Secularização, portanto, significa que o homem alcançou a consciência de sua independência e maioridade. Considera o mundo e a vida como algo que está a sua disposição, que está entregue a sua força dominadora e responsabilidade.

Reconhecendo que exatamente nisso reside a essência da atitude secularizada, revela-se imediatamente a linha **reta** que conduz da fé cristã ao fenômeno da secularização. Pois essa liberdade diante do mundo caracteriza justamente a atitude da fé cristã. Para os cristãos os deuses deste mundo foram destronados. Todas aquelas potências numinosas diante das quais o pagão piedoso tremia, venerando-as ao mesmo tempo, foram derrubadas. Os cristãos crêem, ao contrário, num Deus além do cosmo, além de todas as esferas onde os deuses reinaram e para onde os pagãos dirigiam a sua atenção religiosa.

Por isso os cristãos foram considerados pelos pagãos como impiedosos e ateus. Enquanto que o pagão devoto sentia-se na sua vida completamente cercado por forças numinosas, às quais se sujeitava e obedecia, o cristão confessa e testemunha que nem anjos, nem principados, nem poderes, nem cousas do presente, nem do porvir, nem vida, nem morte poderão separá-lo de Deus (Rom. 8,38 s).

Quando Paulo fala do homem antes de Cristo, descreve-o como escravizado pelos «elementos fracos e pobres» do mundo, guardando ansiosamente dias, meses e tempos oportunos (Gál. 4,9). Descreve-o como sendo ainda menor, sujeito à tutela, até que Cristo o liberte, pondo fim a seu estado de escravo, tornando-o simultaneamente filho amado do Deus verdadeiro (Gál. 4,1 ss).

Sendo filho de Deus, o homem tornou-se também herdeiro legítimo do mundo, «co-herdeiro de Cristo», como diz Paulo (Rom. 8,17). E isso significa que o homem está livre do temor piedoso, do medo escravizador diante dos poderes do mundo. É recolocado no lugar que lhe pertence pela vontade do criador: o lugar do **senhor** sobre a criatura.

Assim, o homem pela fé cristã volta a ser o que originalmente era e devia ser: o senhor da terra, que não a explora, nem faz com ela o que quer, mas que se reconhece responsável para com a mesma. A meta dessa responsabilidade é a de que o mundo sirva ao homem e não o escravize de novo. Portanto, o objetivo desse senhorio do homem sobre a terra consiste em que este mundo continue a ser só mundo, a saber, um mundo **subordinado** ao homem, como está expresso no relato da criação do Gênesis (c. 1, 28).

Esta liberdade responsável do homem diante do mundo, que é restabelecida pela fé cristã, tem o caráter de liberdade real e verdadeira. Não é limitada por normas nítidas decretadas da parte de Deus, que indicassem exatamente o que deva ou não deva ser feito nas circunstâncias concretas da vida. Deus, ao contrário, quer unicamente que o homem assuma a responsabilidade para com o mundo, mas não ordena que faça isso ou aquilo. O homem não é simplesmente executor de instruções e ordens divinas. Tal conceito não seria mais do que uma negação da liberdade responsável e da autonomia do ser humano.

Ao perguntar o que se deve fazer na vida profana, o homem é remetido ao próprio raciocínio. O mesmo está autorizado a tomar todas as decisões necessárias.

Neste sentido, o Apóstolo Paulo repetidamente apela ao raciocínio, ao pensamento racional, quando trata da questão ética. Exorta os cristãos a «dokimazein», isto é, examinarem criticamente «qual seja a vontade de Deus, o bom, o agradável e o perfeito» (Rom. 12, 2). Encontramos o mesmo conceito de «dokimazein» em Fil. 1, 10: devemos «examinar qual seja o justo e o injusto». No capítulo 4, vers. 8 da mesma carta, Paulo resume as suas exortações éticas na seguinte frase simples e significativa: «Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento».

Essa liberdade responsável, que Paulo atribui ao homem e que envolve tanto a sua independência e seu senhorio diante do mundo quanto a sua plena responsabilidade e autonomia nas decisões concretas, expressa-se de maneira monumental na frase memorável, que encontramos duas vezes: «Tôdas as cousas me são lícitas», ou melhor ainda: «Tenho poder sôbre tôdas as cousas, mas nem tôdas convêm». (1 Cor. 6, 12 e 10, 23).

Esta idéia da liberdade responsável e da autonomia em relação às ações no mundo, que a fé cristã concede ao homem, começou a ser esquecida logo após a época do NT. A esfera da política penetrou no Evangelho e na Igreja. Isso aconteceu de maneira incisiva sob Constantino e mais tarde nas tentativas do papado romano de estabelecer um domínio mundial de caráter político-espiritual. Toda essa época constitui um retrocesso para a era precedente àquela emancipação humana efetuada pela fé cristã.

Com o fim da Idade Média termina também a era de Constantino e das tentativas papais delineadas acima. Isso naturalmente não aconteceu de repente, mas sim, passo a passo. Na Renascença, no Humanismo e com o início da filosofia moderna, nasce uma nova consciência da autonomia e liberdade humana em relação à vida e às decisões profanas.

Temos que mencionar também, e de maneira particular, a Reforma de Lutero. Em contraposição ao papado romano, com sua idéia do domínio político-espiritual do mundo, Lutero desenvolve a doutrina dos dois reinos, a qual constitui, com sua distinção entre

o reino espiritual-religioso e o político-profano, a expressão dogmática do fenômeno da secularização. Acentua sempre de novo a autonomia e independência do reino secular. A norma que determina este mundo não é uma lei revelada, divina ou cristã, mas sim, a lei natural da razão. Diz Lutero, para citar apenas uma frase significativa: «Tôdas as cousas e instituições do mundo são governadas pelo homem segundo seu raciocínio e sua sabedoria natural, implantada por Deus. Jesus Cristo não pretende fazer algo de novo ou diferente aqui, mas deixa as cousas como estão...» (WA 21, 394).

Desde o fim do pensamento medieval, a idéia da liberdade e da autonomia do homem alastrou-se de modo triunfal por todos os setores da vida humana. Destacam-se como marcos históricos dêsse desenvolvimento a famosa «Declaração da Independência» dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, o Manifesto Comunista e a revolução técnica e industrial, com seus resultados enormes e espetaculares.

Também tudo o que caracteriza a nossa situação atual, sem dúvida, faz parte dêsse movimento da secularização legítima: a evolução da nacionalidade, a industrialização, as tentativas em prol da independência econômica, tanto do indivíduo como dos povos. Tudo o que está acontecendo no âmbito dêsses movimentos é uma expressão da maioria alcançada pelo homem. Trata-se sempre da realização de seu senhorio sobre o mundo, da evolução da liberdade e autonomia, desencadeada pela fé cristã.

Tomando consciência dêste fato, não é mais possível, para a Igreja de Cristo, interpretar a secularização como movimento preponderantemente negativo, que deve ser reprimido ou até anulado. Devemos, pelo menos em tese, aceitar tôdas essas formas de secularização, seja a industrialização, a nacionalização ou a socialização, mesmo tendo, a última, as feições ameaçadoras do marxismo. Pois são tentativas legítimas da parte do homem de administrar, na liberdade responsável do herdeiro, a herança que Deus lhe deu, a saber, o mundo.

É claro que nesta altitude surge a questão decisiva: será que a Igreja de Cristo nada mais pode fazer diante daqueles movimentos, a não ser aprová-los? Temos que aceitar sem crítica todos êsses fenômenos da secularização? Deve a Igreja, portanto, deixar a secularização entregue a si mesma?

Sei, e os senhores o sabem igualmente, que o luteranismo freqüentemente é repreendido no sentido de que sua doutrina dos dois reinos o levou a esta consequência. Afirma-se que nós luteranos abandonamos o mundo numa autonomia ilusória, sendo por isso culpados pelo paganismo da época atual e seus resultados devastadores. Nossos críticos não nos poupam a alusão aos acontecimentos durante o Terceiro Reich na Alemanha. Dizem que o luteranismo alemão não somente demonstrou-se impotente, mas, além disso, com sua doutrina dos dois reinos, fortificou e confirmou a ideologia nazista.

Bem, não queremos, de certo, recusar completamente essa crítica. Estamos dispostos a ouvi-la. Mas, por outro lado, não nos deixamos levar por uma atitude de pânico, que rejeita a doutrina dos dois reinos e assim nos impede de refletir com objetividade sobre o verda-

deiro sentido dessa doutrina e sobre o fenômeno da secularização legítima.

E com isso já passamos para a segunda parte de nossas reflexões.

## II— O Secularismo como Degeneração da Secularização

Justamente por ser no sentido delineado acima uma consequência necessária e legítima do evento de Cristo, a secularização **continua** a depender até certo ponto da fé cristã. Deve ficar num certo sentido relacionada com a fé em Cristo, para que possa continuar a ser secularização legítima e verdadeira.

Como é que temos de entender essa relação? Como é que podemos falar nela sem anular de novo aquela liberdade, autonomia e independência do homem, que nos parece tão essencial?

Para poder responder, temos de voltar primeiro ao Novo Testamento, perguntando onde reside a base daquela liberdade que é atribuída ao homem, quanto às suas ações no mundo.

A resposta dada pela Escritura Sagrada é nítida. Essa liberdade secular origina-se do fato de o homem reconhecer o Deus verdadeiro. Simultaneamente com esse reconhecimento da fé, o homem experimenta o amor de Deus, que o salva e justifica, sem levar em conta as suas obras no mundo. O homem, portanto, reconhece que o Deus transcendente, sem considerar a maneira de viver e agir do homem no mundo, lhe proporciona uma existência nova e verdadeira. Sem atentar para as suas ações na vida concreta e cotidiana, Deus cuida do homem de um modo absoluto e abundante. Não há nada que poderia pôr em dúvida este fato. «Porque estou bem certo — escreve Paulo aos Romanos (8, 38) — de que nem morte, nem vida, nem anjos, nem principados, nem cousas do presente, nem do porvir, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor».

Nesta certeza inabalável reside o fundamento da liberdade e independência diante do mundo. Por saberem que Deus cuidou deles de maneira tão absoluta e incondicional que nenhum acontecimento no mundo, nem suas próprias ações poderiam anular este fato, os crentes são capazes de enfrentar o mundo na atitude da liberdade despreocupada e soberana. Por isso é muito significativo que a frase de Paulo «Tenho poder sobre todas as cousas, mas nem todas convêm», é precedida pelo versículo: «...vós vos lavastes, fostes santificados, fostes justificados, em o nome do Senhor Cristo e no Espírito de nosso Deus» (1 Cor. 6, 11).

Tendo isso em mente, reconhecemos logo o específico da secularização **atual**. A independência e liberdade do homem frente ao mundo, que hoje em dia está se realizando, se nos defronta, em princípio, **desligada de seu fundamento original**. a saber, **da fé cristã**.

Considerando-se o fato em si, a possibilidade de um tal desligamento, em tese, não pode ser contestada. Também não queremos dizer, que um tal desligamento não deveria ocorrer.

Devemos, porém, asseverar o seguinte: visto que a secularização atual conservou a liberdade e autonomia diante do mundo, não guardando, porém, a fé cristã como base dessa liberdade, surge o **perigo** fatal de que este movimento de secularização se perverta e degenerere. Aquilo que restar gostaria de chamar de «secularismo», fenômeno este que deve ser distinguido nitidamente da secularização legítima. É este secularismo que constitui, a meu ver, a própria e mais profunda crise do mundo.

Em que reside a diferença entre secularismo e secularização? Pode ser caracterizada da seguinte maneira: o secularismo representa uma secularização que não conservou seu caráter puramente secular e profano, mas assumiu uma pretensão pseudo-religiosa tornando-se, com isso, fenômeno religioso.

Temos de esclarecer tal afirmação. Constitui um característico essencial e específico do ser humano que ele deseja encontrar um sentido supremo da vida. Almeja ardentemente assegurar a sua vida, não somente no que está acontecendo na hora presente, mas sim, na totalidade de sua existência. Procura uma resposta válida de antemão para todas as perguntas e todos os problemas, que ainda possam surgir. Suas ações e pensamentos por isso sempre visam o futuro. Quer antecipar e pôr a salvo de maneira total e definitiva este seu futuro. Aquela aspiração fundamental que faz parte de seu ser, é preenchida unicamente quando pode afirmar frente a si mesmo: agora encontrei a resposta para todas as circunstâncias e situações, para todos os problemas e acontecimentos da minha vida presente e futura.

Para o **crente**, esta questão fundamental já está respondida de maneira plena e definitiva. Sabe bem certo que sua existência total está nas mãos protetoras de Deus. Com esta certeza básica e inabalável enfrenta os acontecimentos no mundo. Pode fazer isso numa atitude objetiva, realista, despreocupada, nada mais procurando do que uma solução adequada e correta dos problemas concretos do momento.

Para o homem, porém, que deixou de saber-se filho amado de Deus, a situação é totalmente diferente. Desconhecendo aquela certeza de que sua existência verdadeira está bem guardada por Deus, a sua aspiração natural para o sentido de viver, para uma resposta global de todos os seus problemas presentes e futuros não encontra resposta. O homem se vê, por conseguinte, obrigado a procurar pela própria força, imaginação e inteligência algo que pudesse satisfazer a este desejo profundo. E é evidente que ele, desconhecendo o Deus transcendente, procurá-lo-á na esfera imanente.

Agora nasce o secularismo com suas numerosas variações e com ele, a crise calamitosa de nosso tempo.

As perguntas e os problemas com que o homem se defronta para serem respondidos e resolvidos assumem, de repente, uma relevância exagerada e absoluta. Não se trata mais de achar apenas uma resposta a esta ou aquela questão concreta, uma solução para este ou aquele problema limitado, mas sim, de encontrar a resposta final que dá à vida um sentido absoluto e, com isso, perfeição, integridade e segurança definitivas.

De lá resulta uma atitude desmedida, intolerante, absolutista, fanática. Perde-se a maneira objetiva, realista e sensata de encarar as necessidades e os problemas cotidianos no seu caráter relativo e limitado. Sempre parece estar em jôgo o problema total da vida. Certas soluções da questão social, política ou cultural, em si mesmas indubitavelmente corretas e respeitáveis, tornam-se erradas e fatais pelo simples fato de serem consideradas soluções finais para todos os problemas da vida humana.

Em vez de fazer modestamente o necessário nas situações concretas, pretende-se resolver o problema total da existência. Pretende-se realizar o absoluto em vez do concreto, o perfeito em vez do correto, o melhor em vez do bom. Soluções acertadas transformam-se em doutrinas intolerantes de salvação, programas louváveis para o trabalho político ou social em planos presunçosos de reformar e renovar o mundo inteiro, reconhecimentos corretos em ideologias exaltadas, exageradas e desmedidas, dentre as quais necessariamente uma exclui e combate a outra.

E com isso estamos na crise.

Qualquer fenômeno da secularização legítima, assumindo pretensões perfeccionistas, não apenas torna-se uma utopia, mas, o que é pior, perverte-se. Transforma-se em antônimo de secularização autêntica, isto é: torna-se uma nova forma de escravização do homem, uma nova forma de desumanização. Pois quando um fenômeno da secularização tem a pretensão de proporcionar o sentido da vida e realizar a felicidade absoluta e a perfeição definitiva do mundo e da humanidade, acontece inevitavelmente que o homem real, a saber, o indivíduo concreto não é mais levado a sério. Perde a relevância primordial, é desvalorizado ou transformado em meio para concretização daquele ideal absoluto e futuro.

Examinemos sob êste ponto de vista dois fenômenos de nosso tempo atual, que constituem, também aqui no Brasil, problemas de primeira ordem: o nacionalismo e o marxismo.

Quanto à **evolução da nacionalidade** não pode ser pôsto em dúvida que representa uma forma da secularização legítima e autêntica. Seu objetivo é o de que um povo tome consciência de seu caráter particular, de sua tradição, dos dons e talentos que lhe são próprios. Simultaneamente visa restringir e afastar as influências estrangeiras para que a nação alcance finalmente a sua verdadeira autonomia e independência.

Mas esta nacionalização **legítima** sempre tem ao seu lado, qual sombra, o **nacionalismo**, que fenomenologicamente pertence ao **secularismo**. Encontramos no mundo presente exemplos numerosos para verificar o que seja tal nacionalismo. Nós alemães o experimentamos de maneira exemplar durante o Terceiro Reich. A nação tornou-se a mais alta expressão do sentido da vida. Ela estabelecia o que era bom e mau. Era algo eterno, venerado religiosamente. Falava-se expressamente numa religião do sangue e da terra.

A debâcle foi total. A assim chamada «eternidade» do Terceiro Reich durou apenas 12 anos. O fim significou para a maioria dos alemães frustração e niilismo prático.



A razão da catástrofe não residiu primordialmente nas derrotas militares ou numa política errada, mas sim, em última análise, na essência própria do nacionalismo. Esse nacionalismo inevitavelmente conduziu à desumanidade e por isso **devia** fracassar. Esta desumanidade não somente se dirigiu contra tudo o que era alienígena, por exemplo, contra os judeus, mas igualmente contra os indivíduos do próprio povo. **Foram** sacrificadas ao ídolo da nação a liberdade, a dignidade e a vida do indivíduo, da família e de uma geração inteira.

A intenção humanista, que sem dúvida esteve na base da nacionalização, perverteu-se numa desumanidade de proporções assustadoras, porque a nação como tal foi elevada ao sentido absoluto, ao alvo supremo da vida, enquanto o homem real, o indivíduo concreto foi ignorado, desvalorizado e, finalmente, desprezado.

Encontramos algo idêntico no marxismo.

Na sua concepção básica ele também se nos defronta como fenômeno dentro dos limites da secularização legítima. Sua intenção original é a de restituir ao proletariado a sua humanidade integral. Pois o proletário, segundo Marx e Engels, está vivendo num estado desumano, enquanto não participar de maneira criadora e consciente na formação da natureza, realizada no âmbito da sociedade. Marx e Engels por conseguinte podem, repetidamente e com razão, designar a sua doutrina de humanismo. Falam nela como sendo um «humanismo real», uma «recuperação do homem» ou semelhante.

Mas aqui também opera-se aquela perversão fatal da secularização **legítima em secularismo falso.**

Em vez de restringir o seu objetivo à supressão de certas aberrações graves existentes e com isso à restituição do indivíduo concreto, do homem atual a sua plena humanidade, seus direitos, sua dignidade e sua independência, o marxismo pretende proporcionar a todo o mundo a salvação definitiva que tornará supérflua toda a religião e esperança religiosa.

Esta tendência para o perfeccionismo necessariamente transforma no contrário o humanismo tencionado pelo marxismo. Visando o alvo longínquo do aperfeiçoamento do mundo, desvia-se do homem real e concreto. Este homem real tem apenas um valor provisório, sendo mero meio para a realização do alvo ideal e longínquo. Por causa deste ideal sacrificam-se os direitos, a dignidade e a liberdade, de gerações inteiras.

Os exemplos concretos desta desumanização são tão numerosos e notórios que não precisam ser referidos.

Enquanto que relativamente a sua intenção básica o marxismo pode entender-se como humanismo, o mesmo na sua forma de ideologia transforma-se no oposto.

Aqui de novo repete-se o que já aconteceu na Revolução Francesa, no nacionalismo do Terceiro Reich na Alemanha e em todas as formas de uma secularização tornada secularismo absolutista: a perversão para a desumanidade. A antiga sentença concebida na Revolução Francesa sempre de novo demonstra ser verdadeira: A revolução devora seus próprios filhos.

O que valia para o nacionalismo e para o marxismo, vale, em princípio, para quaisquer fenômenos da secularização, seja a industrialização, a socialização ou programas políticos de alcance mundial. Todos têm como objetivo a liberdade, dignidade e autonomia do homem, mas estão ao mesmo tempo na tentação iminente de se transformarem em uma espécie de messianismo profano, que, visando a idéia de uma perfeição vindoura, esquecem-se do homem concreto e atual, abusando d'êles e assim terminam numa nova escravização do mesmo.

Esta degeneração da secularização para o secularismo constitui a calamidade do mundo moderno. Aqui reside a forma básica desta crise que nos atemoriza.

Com isso entramos na terceira e última parte de nossas reflexões, isto é, na pergunta:

### III — Qual é a tarefa da Igreja de Jesus Cristo diante d'êste secularismo de nossa época?

Espero que uma coisa tenha ficado suficientemente evidente, após tôdas as reflexões anteriores: a Igreja de Cristo tem responsabilidade diante do mundo secularizado. Pois a secularização como tal é desencadeada pela fé cristã. Tem o seu ponto de partida naquela «krisis to kosmo touto» da qual falou o Evangelho de João e que foi descrita pelo Apóstolo Paulo.

Mas como é que essa responsabilidade pode **concretizar-se adequadamente?**

Isso também decorre do que foi dito até agora. Poderia resumir-se brevemente em três pontos.

**Primeiro:** A Igreja de Cristo deve precaver-se contra a tentativa de restringir, reprimir ou anular a secularização.

Isso, porém, acontece quando a Igreja baseando-se num direito chamado de natural interpretado e sancionado por ela, decreta normas e instruções éticas definidas ou recomenda certos programas políticos e simultâneamente rejeita outros, como faz, por exemplo, a Igreja Católica-Romana. Esta tendência para uma espécie de teocracia significa nada menos do que a anulação da autonomia do homem e sua recolocação sob tutela.

Sou de opinião de que esta interdição, por assim dizer, opera-se também quando a Igreja declara poder estabelecer normas definidas para a vida política ou profana em geral, baseando-se na idéia da realeza de Cristo e da presença de Cristo nos acontecimentos do mundo. Parece-me que esta tendência para algo como uma cristocracia está ocorrendo em Barth.

**Segundo:** Em contraposição a estas tentativas cabe à Igreja compreender e aprovar a secularização como movimento divinamente outorgado para uma liberdade responsável do homem diante do mundo, para a concretização daquele senhorio do homem sôbre a natureza, que originalmente lhe era atribuído pelo Criador. A Igreja não deve deixar os homens de hoje a sós na evolução da secularidade. Deve encorajá-los e proporcionar-lhes nesta secularização uma sã consciência. Se a Igreja não o fizer desobedecerá a Deus.

Neste tocante não podemos absolver inteiramente a Igreja. Temos até de conceder que o secularismo moderno, que está na base da crise do mundo de hoje, surgiu porque a Igreja, pelo menos em parte, deixou de cumprir a tarefa que lhe cabe. Pela condenação geral da secularização, pronunciada de maneira explícita ou implícita pela Igreja, aquela ficou entregue a si mesma e assumiu por conseguinte aquele caráter pseudo-religioso, que a levou ao secularismo.

**Terceiro:** Apesar do fato de que a Igreja deve aprovar a secularização como tal, ela tem, não obstante, uma função crítica em relação à mesma. Tal função consiste em controlar a secularização para que não assuma pretensões messiânicas, permanecendo, porém, como fenômeno puramente secular.

Poderia, por conseguinte, falar-se de uma função de sentinela, que a Igreja exerce de modo vicário em favor da secularização. Ela controla a conservação do caráter meramente profano do raciocínio, a fim de que este não ultrapasse os seus próprios limites.

A Igreja não exerce esta função por temer que as ideologias do secularismo pudessem pôr em perigo a fé cristã. Não se trata de uma espécie de apologética proibitiva.

Pelo contrário, ela assume esta função crítica de sentinela em benefício e por causa da própria secularização, a fim de que esta seja realizada de maneira correta e adequada e não leve o mundo e a humanidade à catástrofe que inevitavelmente seguirá ao **secularismo**.

As maneiras de exercer esta função vicária de sentinela são inumeráveis. A Igreja pode exercê-la não apenas por meio de proclamações oficiais e tomadas de posição de caráter público, mas particularmente através de seus membros que vivem todos no mundo.

A voz da Igreja de Cristo, que ecoa no mundo pela boca e pela atitude dos cristãos, certamente não é quanto ao conteúdo, uniforme. (Não existe uma política cristã uniforme, nem uma só doutrina cristã da arte, da pedagogia, do direito ou da economia). Mas a voz dos cristãos é, por assim dizer, uníssona, tendo a mesma nota dominante. Não é uma voz estranha, eclesiástica, piedosa ou edificante, mas a voz compreensível do raciocínio puro, do pensamento razoável e objetivo, «dokimazein» como tinha dito o Apóstolo Paulo.

É simultaneamente a voz da liberdade e da dignidade do indivíduo **concreto**, do homem **atual**, a voz do realismo de visão que desmascara as feições inevitavelmente desumanas de qualquer ideologia o programa que promete aos homens uma felicidade ideal, absoluta e total.

É a voz que já ouvimos na carta do Apóstolo Paulo aos Filipenses c. 4, 8: «Finalmente, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento».